



Nº 03 – MAIO/2018

DESTAQUES

Filipinas coordena oficina internacional para aperfeiçoar CQCT entre tratadistas

O Departamento de Saúde das Filipinas organizou, entre 18 e 20 de abril, uma oficina para reforço das capacidades nacionais de coordenação das ações voltadas para a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.

A proposta surgiu durante o evento “Cooperação Sul-Sul e triangular para promover a implementação da CQCT na era das Metas do Desenvolvimento Sustentável”, organizada pelo Secretariado da Convenção em maio de 2017, visando aproximar países em desenvolvimento, centros de conhecimento (Knowledge Hubs), organizações intergovernamentais e não governamentais para firmarem acordos, parcerias e projetos para dinamizar a implementação das políticas de controle do tabaco.

Em reconhecimento ao seu histórico de atuação na política de controle do tabaco e ao modelo de coordenação nacional instruído pelo Instituto Nacional do Câncer, o Brasil foi demandando pelo Secretariado da Convenção a cooperar e promover troca de conhecimento com Costa Rica, Filipinas e Togo.

Pelo Brasil, participaram João Ricardo Viegas, do Instituto Nacional do Câncer, Mariana Pinho, consultora do secretariado da CQCT, e o ministro-conselheiro Francisco Figueiredo de Souza, do Itamaraty.

Durante a abertura foram exibidos vídeos com a Chefe do Secretariado da Convenção, Vera da Costa e Silva; do Subsecretário de Saúde das Filipinas, Gerardo Bayugo e da Secretária-Executiva da Comissão Nacional para a Implementação da Convenção-Quadro, Tânia Cavalcante. Após, foi anunciado que o projeto de cooperação triangular prevê novas atividades na Costa Rica e no Togo.

As sessões de trabalho incluíram troca de experiências sobre coordenação das políticas nacionais de controle do tabaco; treinamento em técnicas de negociação; simulação de preparação prévia para reunião com pontos focais, e uso de “árvore de decisão” para identificar as limitações das Filipinas no cumprimento do artigo 5.2 da Convenção. Outro ponto abordado foram os diferentes vínculos entre o controle do tabaco e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Ao final, os participantes filipinos produziram um plano de ação para a elaboração um regulamento com abrangência semelhante à da legislação brasileira que oficializou a implementação da CQCT no Brasil.

Durante o evento, estiveram presentes servidores do Departamento de Saúde das Filipinas; da "Food and Drug Administration" (FDA), responsável por temas de regulação; do Departamento de Finanças, encarregado da política tributária; da "Civil Service Commission", autora da norma que rege o contato de servidores públicos filipinos com a indústria do tabaco; e representantes de governos locais, além de ONGs e funcionários do escritório filipino da Organização Mundial da Saúde (OMS).

As Filipinas fizeram progressos no controle do tabaco nos últimos anos. Em 2017, o Presidente Rodrigo Duterte promulgou a lei dos ambientes livres de tabaco impondo uma distância de dez metros das entradas e saídas dos edifícios.

Fonte: SE-Conicq

BRASIL

OMS e delegação brasileira se reúnem com Presidente do Senado em apoio ao fim da publicidade dos produtos de tabaco

Avançar na implementação dos artigos 8, 9, 11 e 13 da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco - Este foi o objetivo do encontro do presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), com o senador José Serra (PSDB-SP), representantes da Organização Mundial da Saúde (OMS), do Ministério da Saúde e da Sociedade Civil. Na pauta da reunião o Projeto Lei do Senado (PLS) 769/2015, autoria do Senador Serra.

O projeto altera a Lei 9.294/1996, para estabelecer a proibição de qualquer forma de propaganda, publicidade, promoção ou patrocínio de produtos fumígenos também nos locais de venda.

— Nossa proposta é acelerar a tramitação do projeto de lei. O recrutamento dos fumantes é feito principalmente entre os jovens. Nós estamos adotando medidas que dificultem isso. Há uma mobilização muito grande de entidades de todo o Brasil e internacionais. Se este projeto for aprovado aqui e depois pela Câmara será um passo adiante neste combate — afirmou Serra.

O texto está na Comissão Diretora do Senado e será encaminhado para uma comissão da Casa. O projeto estabelece também a obrigatoriedade de que as embalagens de cigarros sejam padronizadas, mantendo as advertências quanto aos riscos e prejuízos do fumo.

O projeto proíbe ainda o uso de substâncias sintéticas e naturais que possam intensificar, modicar ou realçar sabor ou aroma de cigarros ou outros produtos fumígenos. O texto ainda estabelece a punição, com multas e pontos na carteira, do

motorista que fumar ou permitir que que passageiro fume em veículo que esteja transportando menores de 18 anos.

— Tivemos uma acolhida muito boa por parte do presidente do Senado. Ele é o presidente do Congresso e tem um papel chave nesta batalha — finalizou José Serra.

Fonte: Senado – Edição: SE-Conicq

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/04/11/projeto-que-amplia-medidas-de-combate-ao-fumo-e-tema-de-reuniao-com-o-presidente-do-senado>

DIVERSIFICAÇÃO DAS ÁREAS CULTIVADAS COM TABACO

Brasil recebe comitiva uruguaia para apresentar diversificação exitosa do tabaco

Entre os dias 17 e 20 de abril, o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia, CAPA, recebeu no município de Pelotas uma comitiva do Uruguai composta por técnicos do Ministério de Agricultura, Pecuária e Pesca, Ministério de Desenvolvimento Social e Ministério de Saúde Pública juntamente com agricultores fumicultores da região de Artigas, para uma “visita técnica de Diversificação ao Tabaco do Uruguai ao CAPA-RS/Brasil”.

O objetivo foi de conhecer a experiência do Programa de Diversificação do governo federal nos municípios de São Lourenço do Sul e Canguçu, no Rio Grande do Sul, para uma possível implementação em Artigas, no Uruguai, projeto realizado pelo CAPA juntamente com entidades e cooperativas parceiras com 1200 famílias.

Representantes do governo brasileiro e da sociedade civil também marcaram presença. A Consultora da Secretaria Especial da Agricultura familiar, Ticiane Imbrosi, a Consultora da Aliança do Controle do Tabagismo (ACT), Erica Cavalcante, e Alexandre Octávio, da Comissão Nacional para Implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ) fizeram apresentações sobre a aplicação da CQCT no Brasil, a interferência da indústria do tabaco e a diversificação no Sul do país.

No primeiro dia, a comitiva teve oportunidade de conhecer as instalações da Embrapa Clima Temperado, e o trabalho desenvolvido por seus pesquisadores. Em São Lourenço do Sul, o grupo conheceu propriedades e feiras que comercializam produtos agroecológicos resultantes de áreas diversificadas, além de uma escola pública localizada na periferia da cidade onde crianças recebem alimento de qualidade provindo da agricultura familiar através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O líder da delegação, Dante Emílio Toma, do Ministério de saúde, avaliou de forma positiva a visita.

“Sabíamos da experiência do CAPA no tema da diversificação, isso nos motivou a conhecer essa experiência, que não só ajuda as propriedades familiares, mas ajuda também a sociedade. Dessa forma podemos imitar em Artigas, já que também temos

produtores de tabaco interessados em outros cultivos. Ficamos muito contentes com os resultados, com a capacidade de organização que vimos aqui.”, finalizou.

Fonte: CAPA – Edição: SE-Conicq

<http://www.capa.org.br/blog/projeto-de-diversificacao-ao-tabaco-recebe-delegac/>

INDÚSTRIA DO TABACO/CADEIA PRODUTIVA DO TABACO

Souza Cruz capacita agricultoras para negociarem a produção de tabaco

Entre os inúmeros projetos destinados a criar empatia entre a indústria do tabaco, no caso, a Souza Cruz, e a sociedade, sob a rubrica de responsabilidade social, está a de posicionar a agricultora que trabalha na produção de tabaco como gerente de seus contratos de integração.

O marketing convence pela ousadia já que a área rural da Região Sul é tradicional em caracterizar o trabalho da mulher como complementar ao desenvolvido pelo homem, resultado de um sistema patriarcal conservador.

Segundo a agência Four Comunicação, que presta serviço de assessoria de imprensa para a Souza Cruz, o crescimento de mulheres agricultoras que plantam tabaco como gestoras de contratos de integração está respaldado nos registros de produtores com 10% dos contratos assinados por mulheres na Safra 2017/2018.

O crescimento no número de mulheres líderes é resultado do investimento em capacitação e qualificação coordenado pela fumageira em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) desde 2011.

De acordo com o Diretor de Tabaco da Souza Cruz, Dilmar Froza, a Souza Cruz vem direcionando vem integrando mulheres no processo decisório há algum tempo.

“Hoje a mulher está gerindo sua propriedade e fazendo negócios com visão de empreendedorismo. E a Souza Cruz, com sua visão de vanguarda e pioneirismo no Sistema Integrado de Produção de Tabaco, sempre incentivou isso”, destaca Froza.

Conforme a Four Comunicação, os programas *Com Licença vou à luta* e *Mulher Atual*, capacitaram mais de 1,7 mil mulheres como empreendedoras e gerenciamento da propriedade em diversos municípios dos Estados do Sul.

Em 2013, o Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde (Cetab) da Fiocruz, realizou a pesquisa *Crenças, atitudes e práticas da mulher agricultora de tabaco em Palmeira - Paraná*.

O estudo evidenciou a complexidade dos problemas originados pelas inter-relações entre trabalho, saúde e ambiente no contexto da fumicultura. Os resultados da pesquisa apontaram aspectos como a elevada carga de trabalho do processo de cultivo de fumo, os agravos à saúde decorrentes da fumicultura, a violação dos direitos

humanos, entre outros, como problemas decorrentes da inter-relação trabalho, saúde e ambiente.

Fonte: Four Comunicação – Edição: SE-Conicq

<http://www.fourcomunicacao.com.br/capa/noticias.html?post=5879>

SindiTabaco atribui redução do consumo de cigarro ao avanço do mercado ilegal no Brasil

Entrevistado pelo site do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS), o Presidente do SindiTabaco, Iro Schunke, esbanjou confiança ao defender as qualidades e os avanços prestados pela economia do tabaco no Brasil.

Uso de agrotóxicos, riscos a saúde do agricultor, equipamentos de proteção, fiscalização, treinamento, trabalho infantil, redução da demanda de cigarro no mundo e a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, assuntos que foram tratados pelo Presidente do SindiTabaco sob uma perspectiva unilateral de um negócio lucrativo, ainda que resulte na morte seis milhões de seres-humanos por ano.

Ainda que a quantidade de agrotóxicos na produção de tabaco possa ser menor que em outras plantações, a entidade concorda que a utilização dos venenos gera riscos à saúde do produtor e de sua família, a curto, médio ou longo prazo? A entidade tem estudos sobre o impacto do trabalho na saúde?

Iro Schünke - Investimentos em pesquisas e estudos foram feitos ao longo dos anos para redução do uso de agrotóxicos. Atualmente, a quantidade utilizada no tabaco é, em média, de 1,1 kg de ingrediente ativo por hectare. No topo da lista, a maçã figura com 70 Kg de IA/h, segundo pesquisa realizada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP), com dados do SINDAG e IBGE (2012). Assim, é preciso lembrar que, independente da atividade agrícola, o manejo e a aplicação de agrotóxicos de forma inadequada pode causar riscos. Ainda que possível e incentivado o controle biológico e o manejo integrado de pragas, o uso de agrotóxicos se faz necessário em alguns momentos. O que realmente faz diferença para o produtor é a conscientização de que ele precisa se proteger. Policiais utilizam fardamentos pesados para sua própria segurança; maquinistas precisam de proteção auricular; motoristas precisam utilizar o cinto de segurança; operários da construção civil utilizam capacetes. Enfim, cada profissão possui suas peculiaridades no quesito de saúde e segurança e o denominador comum acaba passando pela orientação e conscientização dos trabalhadores.

Que medidas a entidade e as empresas adotam para conscientizar os trabalhadores sobre os riscos?

Iro Schünke - Além da orientação aos produtores fornecida pela assistência técnica gratuita e campanhas de mídia, desde 2009, Ciclos de Conscientização sobre saúde e segurança do produtor e proteção da criança e do adolescente são realizados anualmente pelo SindiTabaco, empresas associadas e Afubra. Os seminários realizados em municípios produtores de tabaco da Região Sul do Brasil já reuniram 23 mil participantes (a grande maioria produtores rurais) em 57 eventos. A programação integra palestra sobre a erradicação do trabalho infantil e um vídeo informativo sobre questões como a correta aplicação, manuseio e armazenagem de agrotóxicos, bem como sobre a utilização da vestimenta de colheita. As empresas se preocupam também com o descarte correto das embalagens, evitando problemas de saúde posteriores ao uso e de contaminação de solo e/ou água. O descarte correto de embalagens vazias de agrotóxicos é obrigatório desde 2002 (decreto 4.074, artigo 53), mas o produtor de tabaco conta com um eficiente sistema itinerante de devolução desde o ano 2000. O pioneiro Programa de Recebimento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos também recolhe e destina corretamente as embalagens dos produtos usados em outras culturas em 2,6 mil pontos de coleta em municípios gaúchos e catarinenses. No Paraná, ações semelhantes são apoiadas pelas empresas associadas. Pesquisa aponta que 98% dos produtores de tabaco faz a devolução das embalagens vazias

de agrotóxicos e 95% possui depósito específico para armazenagem de agrotóxicos, resultados que são fruto do trabalho da orientação técnica das empresas.

Quais equipamentos de proteção individual os produtores utilizam para a aplicação dos agrotóxicos? Qual a avaliação da entidade sobre a eficiência desses equipamentos?

Iro Schünke - No caso do tabaco, o produtor é incentivado a utilizar não somente o EPI completo recomendado para manejo e aplicação do agrotóxico, mas também a vestimenta de colheita. Ambos são certificados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), sendo, portanto, recomendadas e consideradas eficientes. No caso da vestimenta de colheita, o artigo Avaliação da vestimenta padrão utilizada durante a colheita das folhas de tabaco e implicações na prevenção da Green Tobacco Sickness (GTS), publicado na edição de dezembro de 2016 da Revista Brasileira de Medicina do Trabalho (RBMT), comprovou 98% de eficácia.

Há algum tipo de fiscalização das grandes empresas sobre as condições de trabalho em toda a cadeia produtiva?

Iro Schünke - Não cabe às empresas fiscalizar. Esse é papel de órgãos específicos de fiscalização. Ainda assim, somos o único setor organizado na agricultura a exigir o comprovante de matrícula de filhos dos agricultores em idade escolar e o atestado de frequência para a renovação do contrato comercial existente entre empresas e produtores dentro do centenário Sistema Integrado de Produção de Tabaco. Esta mesma parceria permite que a orientação técnica e de conscientização sobre questões relacionadas à saúde e segurança, à gestão ambiental e à proteção da criança e do adolescente chegue até a casa dos produtores, em visitas periódicas. Nesse aspecto, o setor de tabaco é certamente modelo para outras cadeias produtivas do País.

Como funciona a oferta de treinamento aos produtores por parte das empresas?

Iro Schünke - Os treinamentos são realizados periodicamente pelas empresas. Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/2016), constatou que 85% dos produtores de tabaco da Região Sul do País já realizou cursos sobre manuseio seguro de agrotóxicos (NR 31).

Como as empresas buscam prevenir o trabalho infantil nas lavouras de tabaco?

Iro Schünke - Em 2018, o setor do tabaco completa 20 anos de ações voltadas à erradicação do trabalho infantil, sendo reconhecido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) sediada no Brasil um exemplo no combate ao trabalho de crianças e adolescentes. Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010 apontou que foi na produção de tabaco nas pequenas propriedades o maior índice de redução do trabalho infantil em comparação com dados do penúltimo censo, realizado no ano 2000. Segundo dados do IBGE, naquela década, conseguimos reduzir em 58% o índice de trabalho infantil na cadeia produtiva do tabaco no Rio Grande do Sul, ao passo que a área produzida dobrou nesse período. É fato que esse percentual deixa claro que temos ainda um caminho a percorrer para a completa erradicação do problema, mas o resultado é expressivo se comparado ao de outras culturas agrícolas e à média nacional de redução de 10% no trabalho infantil. É preciso dizer que o trabalho infantil é um tema complexo e permanente, no meio urbano e rural. Entre os desafios relativos ao tema na zona rural, especialmente na agricultura familiar, está a questão cultural. Nesses anos realizando os seminários, percebemos uma grande ansiedade por parte dos produtores sobre o que fazer com os filhos que concluíam o Ensino Fundamental. A escassez de escolas rurais é um grande problema no campo e, junto com as drogas e ociosidade, acabam contribuindo para uma postura cultural de valorização do trabalho e incentivando crianças e adolescentes a atividades inapropriadas para sua idade. Nesses anos de estrada com os Ciclos, concluímos que o trabalho de conscientização é necessário para que os pais passem a valorizar a educação, mas também precisamos de políticas públicas para fortalecer as escolas no meio rural, buscando alternativas para os jovens de até 18 anos. Assim como o problema, a solução é complexa, mas possível. É nesse cenário que nasce o Instituto Crescer Legal, uma iniciativa do SindiTabaco e suas empresas associadas, que tomou forma com o apoio e adesão de pessoas físicas e entidades envolvidas com a educação e com o combate ao trabalho infantil, em especial em áreas com plantio de tabaco, na Região Sul do País. No dia 23 de abril, ao completar 3 anos de atividades, celebramos os resultados da primeira grande ação do Instituto, o Programa de Aprendizagem Profissional Rural, que já certificou 85 jovens no curso Empreendedorismo em Agricultura Polivalente – Gestão Rural. Atualmente, em seu segundo ano de atividades, envolve 134 adolescentes, entre 14 e 18 anos, de sete municípios gaúchos. As atividades acontecem no contraturno

escolar e os jovens são contratados de acordo com a Lei de Aprendizagem (Lei 10.097/2000 e Dec. 5598/2005), recebem salário proporcional a 20 horas semanais, além de certificação e demais direitos. A contratação dos jovens se dá por meio das cotas das empresas associadas ao Instituto (empresas de tabaco). Apesar de terem vínculo com empresas, toda a carga horária de 920 horas é cumprida na instituição de aprendizagem, em escolas parceiras da rede de ensino municipal e estadual. Convidamos os leitores a acessar o site e saber mais sobre nossas atividades que querem levar oportunidades e alternativas aos jovens do campo: www.crescerlegal.com.br

Em virtude das campanhas contra o fumo, o setor tem constatado diminuição da demanda de cigarros? Qual a dimensão do impacto econômico e social sobre o setor produtivo constatado nos últimos anos?

Iro Schünke - Recentemente, o consumo de cigarros no mundo tem apresentado um pequeno decréscimo, assim como no Brasil. Porém, vale ressaltar, atualmente quase a metade dos cigarros consumidos no País são oriundos do mercado ilegal, especialmente do Paraguai. Em alguns mercados, caso de São Paulo, o mercado ilegal já supera o mercado legal em consumo. Ainda assim, considerando que o mercado mundial de cigarros gire ao redor de 5,5 trilhões de unidades/ano, e que em média 90% da produção de tabaco brasileira é exportada, a demanda pelo produto deve seguir por muito tempo. O Brasil está muito bem situado no mercado mundial devido à qualidade e à integridade do produto, aliadas à produção sustentável, fatores que mantêm o País na liderança do ranking mundial de exportações de tabaco pelo 25º ano consecutivo. Acredito que a maioria dos brasileiros ainda desconheça o real potencial desta cadeia produtiva e seus efeitos positivos para a economia e qualidade de vida de milhares de pessoas. A renda gerada ao produtor é o que garante sua permanência no campo. Pesquisa conduzida pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Administração, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEPA/UFRGS) no final de 2016, evidenciou o bom padrão socioeconômico dos produtores de tabaco. Enquanto 80,4% dos produtores de tabaco enquadram-se nas classes A e B, a média geral brasileira não chega a 22%.

A Convenção-Quadro para Controle de Tabaco da Organização Mundial da Saúde (art. 17) prevê o incentivo para a promoção de alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores, os cultivadores e, eventualmente, os pequenos vendedores de tabaco. Como a entidade vê esta norma internacional e que medidas tem adotado, eventualmente, para seu cumprimento?

Iro Schünke - Há várias décadas o setor incentiva os produtores à diversificação. O reflorestamento, por exemplo, é uma dessas atividades. Já nos anos 70 o cultivo das árvores ganhou destaque por complementar renda, preservar as matas nativas e auxiliar na cura do tabaco. Outro exemplo é o programa que estimula o cultivo de milho, feijão, soja e pastagens. Em andamento desde 1985, reúne a estrutura de campo das empresas associadas e das entidades apoiadoras para incentivar os produtores a diversificar suas atividades. O programa tem trazido receita relevante para os produtores de tabaco, cerca de R\$ 550 milhões na última safra. Pesquisa recente demonstrou que 79% dos produtores fazem a rotação e/ou sucessão de culturas para reduzir a proliferação de pragas, doenças e ervas daninhas e que cerca de 50% garante renda com outros produtos além do tabaco, aumentando significativamente a sua renda. Veja, diversificar não é o desafio. O grande desafio é a substituição da cultura devido à alta renda que o tabaco gera para pequenas propriedades. Para se ter ideia, o produtor teria que plantar sete hectares de milho para ter a mesma renda que em um hectare de tabaco. Sabemos que no caso da agricultura familiar, essa é uma conta inviável. O que precisa ficar claro é que a lógica do consumo x demanda não deixará de existir. Se Brasil deixar de produzir tabaco, os seus principais concorrentes o farão, como Estados Unidos ou os africanos Zimbábue, Malawi, Moçambique e Tanzânia. E quem fuma não deixará de fumar porque o tabaco não é produzido no Brasil. O que se conseguirá nesse caso não será um benefício à saúde dos brasileiros, mas um prejuízo social imensurável, com a transferência da produção, da renda e dos empregos que o tabaco gera para milhares de pessoas e um caos econômico para boa parte dos 566 municípios que têm no tabaco a mola propulsora de seu desenvolvimento.

Fonte: TRT – Edição: SE-Conicq

<https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/modulos/noticias/168265>

Souza Cruz completa 115 anos e se renova para conquistar novos consumidores

A Souza Cruz anuncia que pretende continuar relevante ainda que seu produto permaneça adoecendo e matando seus consumidores. A empresa, sustentada por uma poderosa marca que completa 115 anos, aposta na reinvenção, apontando, segundo os releases comemorativos, para a valorização das diferenças, sustentabilidade, e na “legalidade e no respeito como condições necessárias para o desenvolvimento da sociedade”.

Outra aposta nesta renovação é a aproximação da indústria do tabaco com setores culturais atraentes. A celebração da data natalícia da empresa foi realizada no Museu de Arte do Rio, atual parceiro, localizado na Zona Portuária, para lançar a edição comemorativa da Revista Souza Cruz, publicação que circulou entre 1916 e 1935 e, que revigorada, contou com textos do acadêmico e poeta, Antônio Cícero, do escritor J. P. Cuenca, da atriz Grace Passô, entre outros.

Atrás dos festejos, o posicionamento estratégico da indústria para enfrentar a redução do consumo do cigarro tradicional estimado em 2% ao ano, e o avanço dos dispositivos eletrônicos de fumar, produto ainda proibido no Brasil, anunciado como capaz de reduzir riscos.

Segundo a gerente de comunicação corporativas da Souza Cruz, Regina Maia, o projeto de renovação da marca será conduzido durante cinco anos.

“A revisão deste posicionamento vem justamente deste novo momento da indústria que passa por uma evolução e inovação. Precisamos modernizar a marca que é centenária, a empresa foi fundada em 1903 e é uma das únicas da British American Tobacco que não tem este nome, mantivemos Souza Cruz porque é um nome muito forte, com awareness grande. Temos um plano de cinco anos com algumas prioridades, como a questão de marca corporativa. Precisamos ser uma empresa moderna, que atrai pessoas, sabemos que temos a limitação de não pode fazer propaganda, mas é importante frisar este posicionamento. O que estamos fazendo não é uma campanha de marketing, mas um movimento institucional, para incitar o orgulho de ser Souza Cruz e atrair pessoas que venham trabalhar nesta nova empresa. Trabalhamos muito *one to one* e relacionamento com stakeholders estratégicos.”, finalizou a executiva.

TABACO ILÍCITO

Índia é o 36º país a ratificar Protocolo do Comércio Ilícito de Produtos do Tabaco
Faltam quatro países para tratado vigorar. Brasil aguarda definição da Casa Civil

A Índia, terceiro maior produtor de tabaco do mundo, e o segundo consumidor, com 275 milhões de tabagistas, e mais de um milhão de mortes por ano relacionadas ao produto, é o 36º país a aprovar o Protocolo para eliminar o comércio ilícito de produtos de tabaco.

Em 2017, diante deste cenário de altos índices de mortalidade, o governo da Índia colocou em prática um controle efetivo dos produtos de tabaco ao elevar impostos e impor limites para a produção, além de incentivar os milhares de produtores a diversificarem suas propriedades.

Outra política adotada pelo país foi a proibição do cigarro eletrônico em cinco dos 29 Estados em 2016, ano em que hospedou a Conferência das Partes.

No Brasil, o tratado aguarda avaliação dos técnicos da Casa Civil. A tramitação demorada ocorre devido a anexação de uma declaração interpretativa ao Protocolo, cujo texto é inalterável, assinada pelos Senadores Romero Jucá e Ana Amélia.

O texto da declaração atenta para as dificuldades de implementação do tratado em caso dos países que fazem fronteira com o Brasil, caso específico do Paraguai, não ratifiquem o Protocolo.

“A ratificação do PCI de maneira isolada pelos países vizinhos não irá mudar essa situação, e o PCI somente será eficaz se for assinado como parte de um bloco que inclua os países fonte do tabaco ilegal no Brasil”, afirma o texto.

Fonte: SE-Conicq

MUNDO SEM TABACO

Presidente eleito do Paraguai manterá política econômica de Horácio Cartes

O ex-senador Mario Abdo Benítez, do Partido Colorado, Presidente eleito do Paraguai para um mandato de cinco anos, defendeu a continuidade das políticas econômicas de Cartes, junto com uma agenda conservadora.

Seu oponente, Efrain Alegre, fez uma campanha crítica a gestão de Horácio Cartes, empresário da indústria do tabaco que, nestas eleições, candidatou-se ao Senado.

Durante a campanha, Benítez abordou temas como a saúde pública gratuita e o polêmico imposto sobre o tabaco. Em janeiro, o presidente que deixa o cargo, Horacio Cartes, disse que vetaria uma lei para aumentar os impostos sobre o cigarro e rastrear o produto, desde sua produção no Paraguai até seu destino, e evitar o contrabando. O imposto subiria de 16% para 30%.

Sobre política externa, Benítez disse que priorizará a abertura do Mercosul a outros países do mundo. O presidente teve a seu favor o apoio da família de Horacio Cartes, maior produtor de tabaco do país.

Fonte: Folha – Edição: SE-Conicq

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/04/conservador-mario-abdo-benitez-e-o-novo-presidente-do-paraguai.shtml>

Argentina promove congresso Tabaco ou Saúde em agosto

Entre a Copa do Mundo e Conferência das Partes, a Argentina sediará quatro conferências de caráter regional e local sobre controle do tabaco durante o mês de outubro, na Cidade de San Juan, Província de San Juan, localizada no lado Oeste do país, perto da Cordilheira dos Andes.

São estas, a 11 Congresso Argentino Tabaco o Salud, o 9 Encontro Argentino Uruguaio Tabaco ou Salud, 1 Congresso Tabaco o Salud Del Cono Sur, e 1 Encontro Regional Tabaco o Salud.

Entre os temas que serão debatidos, o cigarro eletrônico e a necessidade de ratificação pela Argentina da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Os temas que serão debatidos estão disponíveis no site:

<http://www.fac.org.ar/2/externos/documentos/XI%20CONGRESO%20ARGENTINO%20TABACO%20O%20SALUD-2018.pdf>

Fonte: FAC – Edição: SE-Conicq

A CONICQ é responsável por articular a implementação da agenda governamental para o cumprimento dos artigos da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. É presidida pelo Ministro da Saúde e composta por representantes de 18 órgãos federais. Acesse o Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco.

Expediente:

Este boletim é produzido pela Secretaria Executiva da Comissão Nacional para a implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ)

INCA - Instituto Nacional de Câncer José de Alencar Gomes da Silva / Ministério da Saúde.

Contato: conicq@inca.gov.br

Edição: Alexandre Octávio

Conselho Editorial: Alessandra Machado, Ana Paula Teixeira, Christiane Pereira, Naira Vosmirko

Projeto gráfico: Equipe da Divisão de Comunicação Social do INCA